



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ATA Nº.17/2017

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM DEZOITO DE JULHO ANO DE DOIS MIL E DEZASSETE:-----

-----Aos dezoito dias do mês de julho do ano de dois mil e dezassete, pelas quinze horas, nesta Vila de Mortágua e no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu o Executivo deste Órgão, conforme o disposto no artigo 40º. da Lei número 75/2013, de doze de setembro, em reunião ordinária sob a presidência do Eng.º José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, eleito pelo PPD/PSD e com a presença dos Senhores Vereadores:-----

-----Eleitos pelo PPD/PSD: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira, Dr.ª Emília Maria Almeida Santos Neves Matos e Eng.º. Serafim Paulo Melo de Oliveira .-----

-----Eleitos pelo PS: Dr. Acácio Fonseca Fernandes e Dr.ª Márcia Maria dos Santos Lopes.-----

-----O Vereador Dr. João Pedro de Almeida e Sousa Rodrigues da Fonseca, eleito pelo PS, não esteve presente na reunião por se encontrar em período de gozo de férias, tendo a Câmara considerar justificada a falta.-----

-----A presente reunião foi, conforme despacho nº. 10/2017, de 5 julho, secretariada por Rosa Maria Ferreira Breda, Coordenadora Técnica.-----

-----Depois de declarada pelo Senhor Presidente aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

1.-APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 05/07/2017:-----

-----Tendo sido previamente distribuído por todos os membros de executivo o texto da ata da reunião ordinária realizada a 05/07/2017, aprovada por unanimidade em minuta e dispensada a sua leitura, a Câmara deliberou por unanimidade, aprová-la.-----

2.-INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE:-----

-----O Senhor Presidente, nos termos do artigo 34.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, deu conhecimento das decisões tomadas no uso das competências que lhe foram delegadas e das subdelegadas nos Vereadores.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Deu também conhecimento:-----

-----Da minuta do compromisso do Buçaco assinada, no dia 23/06/2017, na cerimónia de apresentação Grande Rota do Bussaco;-----

-----Do início da elaboração da candidatura na CCDRC para financiamento da obra de Remodelação do Edifício dos Paços do Concelho, podendo vir a ser participado até 60% do montante elegível.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

3.- RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA:-----

----Pelo Senhor Presidente foi presente para conhecimento o Resumo Diário da Tesouraria número 132, referente ao dia 17/07/2017, que depois de rubricado se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado na tesouraria em pasta própria. -----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.-EXPEDIENTE:-----

4.1.-GALP Energia:-----

-----Foi presente a carta, datada de 23 de junho findo, da GALP através da qual dá conhecimento, na sequência da publicação, no passado dia 15 de junho, pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), da atualização das Tarifas de gás natural a vigorar de julho de 2016 a junho de 2017.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

5.-EDUCAÇÃO E JUVENTUDE:-----

5.1.- JUVENTUDE:-----

5.1.1.- Apoio Natalidade e Famílias – Ratificação de processos:-----

-----Para efeitos de conhecimento e ratificação pelo Senhor Presidente foram presentes os processos de candidatura n.ºs. 21, 28 e 29 de 2016 para atribuição do Incentivo à Natalidade e Apoio às Famílias no Concelho de Mortágua que entrou nos serviços e que deferiu nos termos do n.º.1 do artigo 6.º. do Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio às Famílias no Concelho de Mortágua.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A Câmara por unanimidade ratificou a decisão tomada pelo Senhor Presidente.-----

6.-CULTURA,DESPORTO E TEMPOS LIVRES:-----

6.1.- ATIVIDADES CULTURAIS, DESPORTIVAS E RECREATIVAS:-----

6.1.1.-União Cultural Recreativa e Desportiva de Vila Gosendo – 20º. Concurso de Pesca Desportiva:-----

-----Pelo Senhor Presidente foram presentes a carta datada de 30/06/2017 da União Cultural, Recreativa e Desportiva de Vila Gosendo, informando que vai organizar o 20º. Concurso de Pesca Desportivo, a realizar a 9 de julho, na zona da Praia Fluvial de Vale de Açores, prevendo à semelhança de anos anteriores contar com 70 participantes oriundos de diversos pontos do País.-----

----Assim, e considerando que aquela atividade encontra-se inscrita no seu plano de atividades solicita o apoio financeiro do Município para fazer face às despesas inerentes à mesma.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundo disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, no projeto 2017/5032 – Atividades Culturais Desportivas e Recreativas.-----

-----A Câmara depois de apreciado deliberou por unanimidade atribuir o subsídio de cento e cinquenta euros (150,00 €).-----

6.1.2.-Sporting Clube de Vale de Açores – Festa do Vinho:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o pedido recebido em 05/07/2016, do Sporting Clube de Vale de Açores dando conhecimento que está a organizar a sua já tradicional Festa do Vinho, no próximo dia 23 de julho corrente, e que irá contar com participação de duzentos e trinta (230) pequenos produtores do Concelho e solicitando o apoio financeiro da Câmara Municipal para a aquisição de prémios aos concorrentes.-----

-----Considerando esta entidade, têm pautado a sua atuação por uma orientação cívica, visando a prossecução de fins de natureza cultural, desportiva, recreativa ou outros socialmente relevantes, contribuindo, assim, para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

população.-----

-----Esta associação desempenha relevantes funções sociais, com impactos diretos para a economia do Concelho e para a população local, potenciando a afluência de visitantes, divulgação da cultura, preservação das tradições, a prática desportiva, entre outros.-----

-----Esta associação tem um papel insubstituível na dinâmica e desenvolvimentos local.-----

-----O Senhor Presidente propôs a atribuição de um subsídio no montante de novecentos euros (900,00 €).-----

-----Por informação da contabilidade existem fundo disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, no projeto 2017/5032 – Atividades Culturais Desportivas e Recreativas .-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta.--

6.1.3.-Centro Cultural e Recreativo da Marmeleira – VIII Feira do Pão:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta referência 14/2017, datada de 12/07/2017, do Centro Cultural e Recreativo da Marmeleira dando conhecimento que no dia 6 de agosto corrente vai realizar a sua “ Feira do Pão”, prevendo a presença de cinquenta (50) expositores/feirantes.-----

-----Esta Feira à semelhança das anteriores tem como objetivo dar a conhecer a nossa terra, proporcionar o convívio das pessoas e de uma forma geral dar a oportunidade aos diversos participantes (instituições, agricultores, artesãos, etc...) para exporem e comercializar os seus produtos.-----

-----Assim, solicitam o apoio financeiro do Município para ajudar a custear as despesas inerentes àquele evento.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa, que se encontra inscrita na Opções do Plano do corrente ano o apoio a atividades das Associações no objetivo 02 CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES, Programa 003, Projeto 2017/5032 e no orçamento na rubrica 040701.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade atribuir o subsídio no montante de quatrocentos euros (400,00€).-----

6.2.-APOIO A INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS:-----

6.2.1.-Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Pala:-----

----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“ Tendo sido presente a esta Câmara Municipal, pedido de apoio financeiro a investimento, remetido pela Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Pala/Conselho Económico da Freguesia de Pala, entende-se que este deve ser alvo de estudo por parte do Executivo Municipal.-----

-----Está em causa um pedido de apoio financeiro para as obras de conservação e restauro do retábulo mor e retábulos laterais e outros trabalhos da Igreja Paroquial da Freguesia de Pala, e cujo orçamento ascende ao montante de 60.650,00 €. -----

-----Trata-se de património de cariz religioso de grande valor para o Concelho, tendo sido construída com o esforço das gentes da extinta Freguesia de Pala, que empenharam muito o seu tempo e dedicação na edificação deste projeto considerando como uma mais valia para toda a comunidade.-----

-----Toda a envolvência da população da extinta Freguesia de Pala pauta-se por atuação por orientação cívica, visando a prossecução de fins de natureza religiosa, mas também cultural, contribuindo, assim para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população.-----

-----Este investimento reveste um papel insubstituível na dinâmica e desenvolvimento local.-----

-----Assim, nos termos do disposto do artº. 8º. do Regulamento Municipal para a Atribuição de Apoio a Entidades Terceiras, proponho a atribuição do seguinte subsídio de apoio financeiro às obras de restauro e melhoramentos da Igreja Paroquial da Igreja de Pala no montante de 10.000,00€.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta de atribuição de subsídio mediante a celebração de Protocolo previsto no artigo 2º. Regulamento Municipal para a Atribuição de Apoio a Entidades Terceiras.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para a assunção do compromisso, que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 080701, e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, programa 004 Apoio Instituições Religiosas, no projeto 2017/34.-----

7.- AÇÃO SOCIAL:-----

7.1.-INOVAÇÃO SOCIAL –SIM À INCLUSÃO:-----

7.1.1.-Candidatura capacitação:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência GED 043, de 29/06/2017, da Associação Beira Agueira de Apoio ao Deficiente Visual – Escola de Cães Guia para Cegos, através do qual informa que a candidatura Capacitar “Estou Cãotigo” que esta Câmara Municipal subscreveu enquanto Investidor Social foi submetida.-----

-----A candidatura visa, tal como o nome indica, capacitar os Técnicos para uma nova vertente técnica, do trabalho com cães, no caso da Assistência.-----

-----Após 20 anos a trabalhar neste sector, e indo atingir as 200 duplas cego/cão guia ainda no ano de 2017, a ABAADV é hoje a entidade de maior referência nacional no trabalho com cães, na sua vertente de assistência, sendo membro efetivo da Comissão Técnica Nacional (TC 452) promovida pelo IPQ, para a criação de uma Norma Europeia que vai definir e certificar “Cães de Assistência, Utilizadores e Equipas Técnicas” em todo o espaço europeu.-----

-----Impelidos e animados pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, para promover esta parceria, no intuito de encontrar mais uma valência técnica que, com a sua experiência e a vontade da Autarquia no apoio, financeiro, logístico, político e social, fosse uma inovação de intervenção social ao encontro dos utentes que dela necessitassem, era assim com satisfação que comunicava o cumprimento da primeira etapa de um caminho que pretendem trilhar em conjunto.-----

-----Concluída a fase inicial deste processo, a que se seguirá, concluída a Capacitação, a passagem para a candidatura ao InovSocial no âmbito das “Parcerias para o Impacto” onde, e tal como planeado, se irão desenvolver atividades em Centro, com a participação de Equídeos



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ou Asininos, estando nessa altura a ABAADV devidamente preparada para implementação da sua especialidade, enquanto entidade responsável pela orientação e liderança do projeto na sua vertente com cães .-----

-----Nesta candidatura da Capacitação, estão previstas diversas ações, de formação, consultoria e mentoring. A formação decorrerá em França, através da CANIDEA, que é uma Confederação de Associação de Cães – Guia, Cães de Assistência e Cães de Terapia, para onde se deslocará um elemento da sua Equipa Técnica. De igual forma decorrerão sessões em Mortágua, de nível teórico, visando a problemática da deficiência infantil e adulta, as doenças do espectro do Autismo, a Gerontologia, e respetivas intervenções. Em termos de Mentoring, e onde serão efetuadas visitas, estarão associadas ao projeto, a Doogs 4 Good (entidade inglesa que lida com cães na perspetiva de intervenção em crianças e adultos deficientes, autismo e terapias em comunidade e escolas); a Irish Guide Dogs for the Blind, (irlandesa, que, além dos Cães – Guia, trabalha com idosos, crianças deficientes, intervenções para a “vida independente” e autismo); a Dogs for Disble, (também no Reino Unido, que trabalha com intervenções de cães com crianças e adultos com deficiências várias).-----

-----Assim, manifesta inequivocamente a sua intenção na continuidade no processo que foi planeado e apoiado pelas diversas parceira, com planeamento, metodologia, formação e objetivos definidos, competências comprovadas, experiência reconhecida e sempre na perspetiva de credibilidade de quem quase há 20 anos trabalho no setor, e é reconhecido a nível nacional e internacional.-----

-----Acredita num trabalho em parceria, num Concelho pioneiro na criação de sistemas formais de cooperação social de entidades, como a Rede Social.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

8.-HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO:-----

8.1.-URBANIZAÇÃO:-----

8.1.1.-Requalificação da Av. Infante D. Henrique em Vale de Ações – Projeto de Execução:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o projeto de Requalificação da Av. Infante D. Henrique em Vale de Ações – Projeto de Execução”, acompanhado de parecer emitido, em 05/07/2017, pelo Chefe de Divisão de Conservação do Território e Serviços Urbanos e que a seguir se transcreve:-----

-----“ Informo V. Ex^a- que, o projeto da Avenida Infante D. Henrique em Vale de Ações, elaborado pela empresa “Carlos Santos, Lda”, se encontra em condições para ser aprovado, tendo sido elaborado conforme o caderno de encargos e programa base aprovado.-----

-----Custo total estimado das obras : 93.097, 86 euros (59.410,77 Euros para a 1^a. Fase e 33.687,08 para a 2^a. Fase).”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto deliberou, por unanimidade aprovar o projeto.-

8.2.-PLANEAMENTO URBANÍSTICO - Área de Reabilitação Urbana de Vale de Ações e Mortágua - ARU:-----

8.2.1.-Proposta do P.E.R.U. - Programa Estratégico de Reabilitação Urbana:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Considerando necessidade de se promover a regeneração urbana na Vila de Mortágua e em de Vale de Ações;-----

-----Considerando que a Assembleia Municipal na sua sessão de 19/06/2015, sob proposta da Câmara tomada na reunião de Câmara de 03/06/2015, aprovou a Delimitação da área de Reabilitação Urbana dos núcleos de Mortágua e Vale de Ações, em cumprimento no n.º.4 do artigo 13.º. Do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º. 307/2009, de 23 de outubro, alterado e republicado pela Lei n.º. 32/2012, de 14 de agosto, e alterado pelo Decreto-Lei n.º. 136/2014 de 9 de setembro, que foi publicada no Aviso n.º. 8660/2015, em Diário da República 2^a. Série, n.º. 153 de 7 de agosto;-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Considerando que aprovada a Delimitação da Área de Reabilitação Urbana dos núcleos de Mortágua e Vale de Açores e a respetiva modalidade de Operação de Reabilitação urbana, é agora necessário desenvolver a Operação de Reabilitação Urbana Sistemática conforme o disposto no n.º 3 do artigo 8.º do Regime Jurídico da Reabilitação urbana, através de instrumento próprio designado por Programa Estratégico de Reabilitação Urbana – PERU;-----

-----Considerando que nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 17.º o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana o Programa Estratégico de Reabilitação Urbana deve ser sujeito a parecer do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana e a discussão pública, a promover nos termos previstos no regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (RJIGT), pela discussão pública dos planos de pormenor;-----

-----Face ao exposto, sob proposta do Senhor Presidente, a Câmara Municipal de Mortágua, deliberou por maioria, com cinco votos a favor, sendo quatro do Presidente e dos Vereadores eleitos pelo PPD/PSD e um da Vereadora eleita pelo PS, e uma abstenção do Vereador Dr. Acácio Fonseca Fernandes, eleito pelo PS, o seguinte:-----

-----1.- Aprovar a Proposta do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana;-----

-----2.- Remeter a Proposta do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 17.º o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana para emissão de parecer;-----

-----3.- Submeter simultaneamente a Proposta do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana a discussão pública, conforme o previsto no artigo 89.º do RJIGT aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, a decorrer nos seguintes termos;-----

-----a) O período de discussão pública a Proposta do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana é de 20 dias, que terá início 5 dias após a publicação no Diário da República e a divulgar através da comunicação social e da respetiva página da Internet;-----

-----b) Os interessados podem apresentar as suas reclamações, observação, nos termos da conjugação do n.º 4 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, com a redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, com o n.º 1 do artigo 89.º



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

do RJIGT.-----

-----4.- Os interessados podem apresentar as suas reclamações, observações ou sugestões através de requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Mortágua a enviar por correio, ou entregue nos serviços Administrativos da Divisão de Administração Geral e Finanças;-----

-----5.- A proposta do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana encontra-se disponível para consulta nos Serviços da Divisão de Planeamento e Administração do Território.-----

9.-PROTEÇÃO CIVIL :-----

9.1.-PROTEÇÃO E VALORIZAÇÃO DA MANCHA FLORESTAL:-----

9.1.1.-Processo de contra-ordenação nº.83/2017, do Núcleo de Proteção Ambiental da GNR de Santa Comba Dão – Contravenção ao Decreto- Lei nº. 124/2006, de 28 de junho:

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o auto de notícia de contra – ordenação número 83/2017 do Núcleo de Proteção Ambiental da GNR de Santa Comba Dão, datado 19/06/2017, levantado a Alvim Gomes Pereira, residente na Rua Principal, nº. 6, truta de Baixo, Freguesia de Espinho, Concelho de Mortágua, por no dia 19/06/2017, e em consequência de denúncia, se verificar a que no local de Truta de Baixo, Freguesia de Espinho, do Concelho de Mortágua, onde se situava a denúncia, a faixa de gestão nos cinquenta metros envolventes à edificação se encontrava isenta de mato só as árvores que existiam na referida faixa não distavam entre si os 4 metros, conforme o estipulado no nº.1 dos critérios gerais do anexo ao Decreto Lei número 124/2006, de 28 de junho com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei número 17/2009, de 14 de janeiro, o que constitui infração ao disposto no nº.1 dos Critérios Gerais do anexo 124/2006, de 28 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei número 17/2009, de 14 de janeiro, conjugado com o nº. 17 do artigo 15 °. do citado Decreto -Lei, punível pela alínea d) do número dois (2) do artigo 38°. Do diploma legal, a que corresponde a coima de cento e quarenta euros (140,00 €) a cinco mil euros (5.000,00€).-----

-----Encetadas diligências para contactar o proprietário do terreno em causa, foi identificado e informado de que no seu terreno, as árvores deveriam estar espaçadas entre copas 4 metros



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

num raio de 50 metros da habitação de acordo com as disposições do Decreto-Lei atrás citado, como medida de precaução contra incêndios.-----

-----Encontrando-se assim o processo de contraordenação nº. 8372017, em instrução na Seção SEPNA – NICCOA do Comando Territorial da Guarda Nacional Republicana de Viseu.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

10.-DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO:-----

10.1.-EXPANSÃO DA ZONA INDUSTRIAL:-----

10.1.1.-Venda de terreno à Vidraria de Mortágua, S.A.:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a informação do Coordenador Técnico do Núcleo de Contratação Pública, datada de 14/07/2017 sobre o assunto supra-mencionado e que a seguir se transcreve:-----

-----“**ASSUNTO:** Aquisição de terreno-Vidraria de Mortágua-Zona de expansão do Parque Industrial de Mortágua.-----

-----Em 14 de Julho de 2014, veio a Vidraria de Mortágua solicitar à Câmara o interesse na aquisição de um terreno adjacente às suas instalações por forma a que lhes fosse possível aumentar as suas instalações e por consequência o aumento de postos de trabalho.-----

-----O terreno pretendido fazia parte de uma faixa de terreno que a Câmara vinha a adquirir desde 2001 para alargamento do Parque Industrial de Mortágua destinados a novos investidores, quer para aumento das suas instalações e consequente aumento de empregados.-----

-----Como incentivo a Câmara disponibilizava os terrenos aos investidores ao preço de 20\$00 ou seja atualmente de 0,10€.-----

-----A Câmara em sua reunião de 16 de Julho do mesmo ano apreciou o pedido de cedência do terreno e deliberou manifestar a disponibilidade na cedência do terreno pretendido, ficando a realização do negócio jurídico, bem como o preço para apreciação em posterior reunião e logo que estivessem reunidas as condições para o efeito.-----

-----Até à presente data ainda não houve qualquer decisão sobre o assunto.-----

-----Neste espaço de tempo foi elaborado e aprovado o Plano de Pormenor da Zona de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Expansão do Parque Industrial, bem assim como os posteriores alvarás de loteamento (Fase 1 e Fase 2).-----

-----Os terrenos já adquiridos desde 2001 e contínuos às instalações da Vidraria foram incorporados no loteamento da fase 2, com a exclusão do terreno pretendido pelo Vidraria e prometido pela câmara Municipal (comprovado pela planta anexa 1).-----

-----Convém referir que na hasta publica da venda dos lotes da 2ª. fase a Vidraria comprou os lotes 3 e 4 contíguos ao terreno apalavrado entre a Câmara e a Vidraria).-----

-----Já no ano de 2014 a Câmara vendeu à Tria um terreno precisamente mesmo local e mesmas condições, havendo uma pequena diferença é que o interesse na compra do terreno foi manifestado pela então Fabricsor e o negócio jurídico foi com a Tria já detentora dos direitos do complexo da Fabricsor.-----

-----Considerando:-----

-----Que a Câmara deve nas suas relações com os particulares reger-se pelo princípio da igualdade, não podendo privilegiar ou prejudicar qualquer deles.-----

-----Na prossecução do interesse público a Câmara deve adotar os comportamentos adequados aos fins prosseguidos.-----

-----A Câmara deve tratar de forma justa todos aqueles que com ele entram em relação e rejeitar as soluções manifestamente desfavoráveis ou incompatíveis com a ideia do direito, nomeadamente em matéria de interpretação das normas jurídicas.-----

-----A Câmara deve tratar de forma imparcial aqueles que com ela entram em relação.-----

-----E finalmente que no exercício da sua atividade administrativa e em todas as sua formas e fases, a autarquia e os particulares devem agir e relacionar-se segundo as regras da boa fé, devendo para tal ponderar-se os valores fundamentais do direito relevantes em face das situações consideradas, e , em especial, a confiança suscitada na contraparte pela atuação em causa e o objetivo a alcançar com a atuação empreendida.-----

-----Assim confrontando as duas situações verificadas (Tria e Vidraria) estamos perante uma situação completamente semelhante, pelo que o tratamento com o terreno da Vidraria deverá



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ser precisamente igual.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou, considerando a informação do Coordenador, por unanimidade vender à Vidraria de Mortágua, S.A. o terreno, sito na zona de expansão do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, inscrito na matriz rústica da União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remigio, Cortegaça e Almaça sob o artigo 8401, com a área de 5.840 m2, pelo valor de dez centimos (0,10 €) o metro quadrado, totalizando quinhentos e oitenta e quatro euros (584,00 €).-----

10.1.2.- Empreitada de Execução da 2ª. -Fase das Infraestruturas do Plano de Pormenor para a Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira- Prorrogação do prazo:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a informação do Chefe de Divisão de Conservação do Território e Serviços Urbanos datada de 14/07/2017, sobre o assunto em epigrafe e que a seguir se transcreve: -----

-----“Assunto: Execução da 2ª. fase das infraestruturas do Plano de Pormenor para a ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira (PIMLF) – Prorrogação do prazo de execução-----

-----A firma Socitop, Lda., adjudicatária da empreitada em referência, vem solicitar prorrogação do prazo da mesma, através de mail em anexo, datado de 14 de julho de 2017, apresentando como argumento o facto da necessidade de alteração da implantação de infraestruturas existentes, que não foram contempladas na empreitada, nomeadamente a rede elétrica de média tensão, a rede primária de gás natural e a conduta adutora de água.-----

-----O prazo termina a 22 de julho, solicitando uma nova prorrogação do prazo de execução da obra em 90 dias.-----

-----Conforme dispõe o n.º2 do art.º 31.º do Decreto-Lei n.º6/2004, de 6 de janeiro, se prorrogação for graciosa, o empreiteiro não terá direito a qualquer acréscimo de valor de revisão de preços em relação ao prazo acrescido, devendo esta fazer-se pelo plano de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

pagamentos que, na data da prorrogação, se encontra em vigor.-----

-----O prazo solicitado de prorrogação em 90 dias, terminará no dia 22 de Outubro de 2017.

-----Assim, sou de opinião que se deveria deferir a pretensão, nas seguintes condições:-----

-----a) A prorrogação será graciosa;-----

-----b) O prazo de execução da obra deverá ser até 22 de outubro de 2017, tempo que se estima como suficiente para a conclusão da obra.-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade prorrogar o prazo de execução da empreitada nos termos da proposta do Chefe de Divisão, devendo o adjudicatário apresentar novo Plano de Trabalhos ajustado à prorrogação concedida.-----

10.2.-DESENVOLVIMENTO DO TURISMO - Apoio a Iniciativas de Outras Instituições:-----

10.2.1.-Torneio de Tiro aos Pratos da Associação de Caça e Pesca de Mortágua:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta datada de 25/06/2017, da Associação de Caça e Pesca de Mortágua, informando que no âmbito do Programa das Festa do Juventude/Feira das Associações vai organizar, nos dias 11 e 12 de Agosto próximo, um Torneio de Tiro aos Pratos, e solicitando o apoio do Município para minimizar as despesas.-----

-----Assim, considerando que não foi atribuído qualquer comparticipação financeira à organização e realização da edição do ano transato do Torneio, o Senhor Presidente propôs a atribuição do subsídio de mil euros (1.000,00 €).-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para a assunção do compromisso, que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701, e está inscrito nas opções do Plano do corrente ano no objetivo 08, Desenvolvimento Económico, no projeto 2017/5059, ação 12 – Apoio a Iniciativas de Outras Instituições.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade atribuir o subsídio no montante de mil euros (1.000,00 €).-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

11.-ADMINISTRAÇÃO:-----

11.1.-MODIFICAÇÃO POR ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DE 2017:

-----Considerando a necessidade de reforçar e reajustar diversas rubricas do orçamento Municipal do corrente ano, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do Decreto - Lei número 54-A/99, de vinte e dois de fevereiro, conjugado com a alínea d) do número 1 do artigo 33º. da Lei nº. 75/2013, de 12 setembro, a proposta de modificação por alteração ao orçamento que apresentava os seguintes valores:-----

-----Reforço despesas de capital – duzentos e oitenta e sete mil euros (287.000,00 €);-----

-----Anulação despesas de capital – duzentos e quarenta e quatro euros (244.000,00 €).-----

-----Reforço despesas correntes – dois mil euros (2.000,00 €).-----

-----Anulação despesas correntes – quarenta e cinco mil euros (45.000,00 €).-----

-----Depois de apreciada a alteração ao Orçamento Municipal a Câmara deliberou, por maioria, com cinco votos a favor, sendo quatro do Presidente e dos Vereadores eleitos pelo PPD/PSD e um da Vereadora eleita pelo PS, e uma abstenção do Vereador Dr. Acácio Fonseca Fernandes, eleito pelo PS, aprová-la ficando a mesma arquivada no maço de documentos da presente reunião.-----

11.2.-MODIFICAÇÃO POR ALTERAÇÃO ÀS OPÇÕES DO PLANO DE 2017:-----

-----Considerando a necessidade de dotar diversos projetos das Opções do Plano do corrente ano de verbas necessárias à satisfação de compromissos assumidos decorrentes da evolução normal dos empreendimentos em curso, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do ponto 8.3.2.3 do Decreto – Lei número 54-A/99, conjugado com a alínea d) do n.º 1 do artigo 33º da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, a proposta de alteração às Opções do Plano do corrente ano que apresentava os seguintes valores:-----

-----Modificação de Financiamento definido – vinte e oito mil euros (28.000,00 €).-----

-----Modificação de Financiamento não definido – sete mil euros (7.000,00 €).-----

-----Depois de apreciada a alteração às Opções do Plano, a Câmara deliberou por maioria, com cinco votos a favor, sendo quatro do Presidente e dos Vereadores eleitos pelo PPD/PSD e um



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

da Vereadora eleita pelo PS, e uma abstenção do Vereador Dr. Acácio Fonseca Fernandes, eleito pelo PS, aprová-la ficando a mesma arquivada no maço de documentos da presente reunião.-----

11.3.-LISTAGEM DE CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 4 DO ART.º 49º DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2017:-

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a informação datada de 14/07/2017 do Coordenador Técnico da Subunidade Orgânica Núcleo de Contratação Pública, que a seguir se transcreve e que faz parte integrante da presente ata, para todos os efeitos legais:-----

-----“Para efeitos do disposto nos n.ºs 4 e 12 do artigo 49º. da Lei n.º. 42/2016, de 28 de dezembro (LOE 2017), comunica-se que, nos meses de maio e junho do corrente ano, foram celebrados contratos de aquisição de serviços constante da relação que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta informação.”-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

12.- LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES:-----

12.1.-EDIFICAÇÕES EM MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO:-----

12.1.1.-PROCESSO N.º. 08/2016/03:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo 08/2016/03 de edificação em mau estado de conservação sito no Rua da Igreja, n.º. 2 em Vale de Remígio, União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, de propriedade do Estado Português, Rua Alfandega, 51, Santa Maria Maior, 1149-008 Lisboa, acompanhado do Parecer Técnico emitido, em 06/07/2017, pelo Chefe de Divisão DPAT que a seguir se transcreve:-----

-----“O processo tem o seguinte histórico:-----

-----• 31.03.2016 – A União de Freguesia oficia a Câmara no sentido de alertar para a situação de insalubridade e insegurança pública do edifício em causa, registado em nome do Estado Português (fl.2 e 8);-----

-----• 07.04.2016 – Fiscalização Municipal apresenta relatório (fl.19) confirmando a situação de perigosidade em termos de segurança pública e risco para prédios vizinhos;-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

- 11.04.2016 – O parecer técnico da DPAT (fl.10) confirma ilegalidade do estado de degradação geral do edificado propondo vistoria prévia nos termos do artigo 90º. do RJUE;----
- 20.04.2016 – Em Reunião de Câmara (fl.11) é deliberado mandar proceder à vistoria proposta pela DPAT;-----
- 04-05-2016 – É realizada a vistoria e os resultados da mesma constam do respetivo Auto de Vistoria (fl.14,15) nele sendo proposto para a “necessidade imperiosa mandar proceder urgentemente à demolição e limpeza do local”;-----
- 18-05-2016 – A Câmara delibera (fl.16) notificar o proprietário para se pronunciar no prazo o de perigosde 15 dias, de acordo com o artigo 121º. do CPA;-----
- 20-06-2016 – A Gestora do Procedimento informa a CMM da falta de resposta do proprietário (fl.18) propondo decisão final;-----
- 06-07-2016 - A CMM delibera (fl.19) no sentido de tornar a decisão definitiva da qual é notificado o proprietário (fl.20);-----
- 06-07-2017 – Depois de chegarem aos Serviços notícias do agravamento da situação de perigosidade no local, a Fiscalização Municipal deslocou-se ao local registando fotograficamente o estado de ruína e insalubridade do edificado (fl.21).-----
- Conclusão:-----
- Atendendo ao nº. 8 do artigo 90º. DL nº.555/99 alterado pelo DL 136/2014 que se transcreve “ *as formalidades previstas no presente artigo podem ser preteridas quando exista risco iminente de desmoronamento ou grave perigo para a saúde pública, nos termos previstos na lei para o estado de necessidade*”, propõe-se, nessa sequência, a demolição imediata do edificado e limpeza dos RCD do terreno por parte do Município.-----
- A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade que o Município proceda à demolição imediata do edificado e limpeza dos RCD do terreno, conforme parecer do Chefe de Divisão de Planeamento e Administração do Território.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

12.1.2.-PROCESSO N.º. 08/2017/02:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o Parecer Técnico, datado de 29/06/2017 do Chefe da DPAT, emitido na sequência na sequência de reclamação apresentada nos serviços e da informação dos serviços de Fiscalização Municipal de 21/06/2017, sobre a existência de um edifício em mau estado de conservação, mas que não ameaça ruína, sito Rua da Escola, n.º.8, Caparrosinha, Freguesia da Marmeleira, propriedade de Armindo da Silva, residente na Rua do Serrado, n.º, 2, Caparrosinha, 3450 – 092 Marmeleira, e que conclui o seguinte:-----

-----“ *A análise do processo e ainda a informação da fiscalização (fl.2 a 6) levam-me a propor a realização da vistoria prevista no artigo 90º no RJUE no sentido de aferir no local as condições de segurança e salubridade existentes*”.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou, por unanimidade, mandar proceder a vistoria que conclua do estado em que a construção se encontra e se constitui perigo para a saúde ou para a segurança das pessoas, tendo em vista poder deliberar em conformidade com a alínea w), do número 1 do artigo 33 º. da Lei número 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----Mais foi deliberado por unanimidade que, por forma a permitir ao Executivo Municipal avaliar com rigor, objetividade e transparência o real estado de degradação das edificações e os concretos elementos que constituam perigo para a saúde pública, pessoas ou bens, o auto da respetiva vistoria deverá fundamentar e especificar a realização, ou não, de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança das edificações, ou demolição nos termos do disposto no n.º. 2 e 3 do artigo 89º. do Decreto-Lei n.º. 555/99, de 16 de Dezembro, com as posteriores alterações. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:-----

-----Não se registou a presença de qualquer Município.-----

-----E, nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião pelas dezanove horas.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Rosa Clara Ferreira Bleda

Secretário do Órgão

e pelo Senhor Presidente.-----